

PINGA-FOGO

■ **PAMPOLHA COMEMORA RETORNO DE AMIGOS AO PRIMEIRO ESCALÃO DO GOVERNO DO RIO** - O ex-vice-governador do Rio Thiago Pampolha, hoje conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, viu nesta semana o retorno dos seus dois fiéis escudeiros no Poder Executivo, Philippe Campello e José Ricardo Ferreira de Brito, ao primeiro escalão do governo do estado.

■ Eles ocuparão duas diretorias da CEDAE, indicações realizadas enquanto Pampolha ainda estava na vice-governadoria. Como ex-secretário de Esportes do Estado, ele comemorou também a chegada do amigo Felipe Mendes Gonçalves de Oliveira à presidência da Suderj.

■ **MAIS UM CONSELHEIRO AFASTADO DO TCE TIRA NAFTALINA PARA REASUMIR CARGO** - O Conselheiro afastado do TCE, Marco Antônio Alencar, mandou tirar a naftalina dos ternos, para o seu retorno à corte de contas. Os seus advogados esperam que o ministro do STF Kassio Nunes Marques estenda a decisão que trouxe de volta o conselheiro José Graciosa ao trabalho. A tese de que o processo não era nunca julgado se aplica a Marco Antônio, que há anos espera o julgamento.

■ No caso de Graciosa, a tese perdeu objeto, já que o julgamento já está em curso.

■ **JORNAL O GLOBO 'CLONA' INFORMAÇÕES INÉDITAS DA COLUNA MAGNAVITA NO CORREIO DA MANHÃ E 'ESQUECE' DE CITAR A FONTE** - Aliás, o jornal O Globo reproduziu praticamente na íntegra a matéria sobre a impossibilidade de aposentadoria do conselheiro José Graciosa após o início do julgamento pelo STJ. Porém, o coleguinha Bernardo Mello esqueceu de registrar que a fonte primária da matéria foi a linha vermelha da primeira página do Correio da Manhã, a coluna MAGNAVITA publicada no dia 06 de outubro. Ou seja: dois dias antes.

■ Trechos inteiros de informações da coluna MAGNAVITA, publicada originalmente de forma exclusiva são reproduzidos, 48 horas depois, sem citar a fonte, como o parágrafo que diz: "Havia a expectativa, no Palácio Guanabara e na Alerj, de que Graciosa aproveitasse o retorno ao TCE para entrar com pedido de aposentadoria, o que não ocorreu. Na semana passada, a relatora do caso no STJ, ministra Isabel Gallotti, votou para condenar Graciosa a 21 anos de prisão e à perda do cargo."



Fotos João Miguel Jr.



A Setur-RJ e a TurisRio promoveram um encontro com secretários de Turismo e lideranças do trade de todo o país



A secretária de Estado de Turismo do Rio Grande do Norte, Marina Marinho; o deputado estadual Luiz Eduardo Bento; o secretário de Estado de Turismo do Rio de Janeiro, Gustavo Tutuca; e o subsecretário de Turismo do RJ Nilo Sérgio Félix



O secretário Gustavo Tutuca e o subsecretário Nilo Sérgio Félix receberam o título de Cidadão do Rio Grande do Norte das mãos do deputado Luiz Eduardo Bento

Ex-presidente do TST, Aloysio Corrêa da Veiga é reintegrado à advocacia

Em cerimônia marcada por emoção e reconhecimento, a presidente da OAB-RJ, Ana Tereza Basilio, devolveu a carteira da Ordem ao ministro aposentado e ex-presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Aloysio Corrêa da Veiga. O ato simbólico ocorreu durante sessão solene promovida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT1) em homenagem ao minist-

tro, na última terça (7), no Plenário Délio Maranhão.

A devolução da carteira marcou oficialmente o retorno de Aloysio Corrêa da Veiga à advocacia fluminense, após sua aposentadoria no último dia 25 de setembro. A cerimônia, parte do evento sobre os 10 anos do Profut, celebrou a trajetória de décadas dedicadas à magistratura trabalhista – carreira iniciada no próprio TRT1, em 1981.

■ **É por isso que cada vez mais o slogan do Correio da Manhã fica forte: Quer saber Primeiro? Leia o Correio da Manhã ou siga a @colunamagnavita no Instagram. A matéria do Globo saiu 48 depois.**

■ **'AVIVA BARRA DO PIRAÍ** - A prefeita de Barra do Piraí, Katia Miki, está com grandes expectativas com relação à apresentação da cantora Maria Marçal, no sábado (11). Ela espera que a Praça Nilo Peçanha receba milhares de pessoas durante o 'Aviva Bar-

ra do Piraí', uma realização da CENNA Music, do Conselho de Pastores de Barra do Piraí (COMBAPI) e da Funarj, com apoio da prefeitura.

■ **MELHOR FASE** - O pastor Wendel Bueno agradeceu o apoio da prefeita Katia Miki e reforçou que, em 13 anos fazendo parte do COMBAPI, a melhor fase do conselho está ocorrendo agora.

■ **PEDIDO** - O Deputado Federal Murilo Gouveia solicitou ao Ministro

OAB-RJ



Ministro recebeu a carteira da Ordem das mãos da presidente da OAB-RJ, Ana Tereza Basilio, e da presidente do IAB, Rita Cortez

dos Transportes, Renan Filho, atenção especial à BR-393 que corta os municípios fluminenses de Três Rios, Paraíba do Sul, Sapucaia, entre outros. Segundo o parlamentar, a rodovia está em péssimas condições de tráfego. O pedido foi realizado também para o Diretor regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), Robson Loures.

■ **RECUPERAÇÃO** - O Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (DNIT) assinou, nes-

sa segunda-feira (6), a ordem de serviço para serviços de conservação e recuperação na BR-393/RJ. A ordem de serviço contempla 80 quilômetros de extensão. As melhorias beneficiarão os municípios citados na coluna. Do km 105,30 ao km 185,30, os usuários receberão serviços de recomposição, revitalização do revestimento asfáltico, tapaburacos e limpeza de elementos de drenagem. O investimento do Governo Federal é de aproximadamente R\$ 13.470 milhões.

Fernando Molica

O caso MP e a eleição de 2026

Ao acusar a oposição de dificultar sua vida no Congresso para colher frutos eleitorais em 2026, o governo finge que também não atua de olho nas urnas.

A menos de um ano da eleição, tudo que ocorrer daqui pra frente no universo político terá como foco o pleito que elegerá presidente, governadores, senadores e deputados.

Como diria Vicente Matheus (1908-1977), ex-presidente do Corinthians, a faca utilizada pelos congressistas tem dois legumes. Foi o medo de retaliação eleitoral que fez a direita aprovar a isenção do imposto de renda para quem recebe até R\$ 5 mil; da mesma forma que a esquerda, em 2022, votou a favor da limitação do ICMS para combustíveis.

O jogo está mais do que jogado, e

todo mundo sabe disso. Como qualquer governante, o presidente Lula quer distribuir benesses que se transformem em votos; a oposição faz seu papel ao atrapalhar esse objetivo.

No caso do imposto de renda a situação foi mais simples para o Planalto: apesar da resistência de muitos deputados à possibilidade de taxaço dos mais ricos, até os bolsonaristas tiveram que votar a favor da proposta do Ministério da Fazenda (e ainda conseguiram, aos 45 do segundo tempo, livrar o bolso dos ruralistas).

Já a batalha dos outros impostos, que pegou fogo ontem na Câmara foi mais complicada. Não dá pra fazer o discurso Robin Hood de maneira tão simples. Para justificar a facada, era preciso falar em equilíbrio fiscal, na necessidade de gerar recursos para

programas sociais do próprio governo, não em benefícios diretos.

Em lugar nenhum do mundo cidadãos costumam ficar com pena de governos e de suas contas; eles, os governantes, que se virem. Há também a percepção — particularmente forte por aqui — de que a máquina pública arrecada e desperdiça muito; fora a desconfiança de que boa parte do que entra no caixa migra de maneira indevida para as contas de protegidos. Em resumo: hay imposto, soy contra.

O sistema político brasileiro favorece essa desconexão. Diferentemente do que ocorre em países parlamentaristas, por aqui, nem mesmo deputados e senadores governistas têm responsabilidade sobre as contas do governo. O CPF que está em jogo não é o deles; logo, é mais compli-

cado convencê-los a votar medidas duras e necessárias.

Foi em meio a essa generosidade com o chapéu alheio que a Câmara aprovou a carinhosa aposentadoria integral de agentes de saúde — quem vai se virar para pagar as contas será o governo, não os parlamentares.

Outro problema para o Planalto é que a medida provisória que trata dos tributos permitiu à oposição recuperar o mote de que este governo só pensa naquilo, em tirar nacos cada vez maiores da carteira da população. Uma versão que fora abalada com a história da isenção do IR, mas que voltou, agora, com força.

Ontem, opositoristas e dirigentes empresariais trataram de despachar para seus contatos reportagens que falavam em aumento de impostos promovidos por Lula. A lista forçava a

barra, incluía no pacote medidas mais do que razoáveis, algumas necessárias, como a limitação da isenção total de tributos conquistada pelo setor de eventos, o aumento da taxaço de armas de fogo e das bets, a recriação da possibilidade de o governo desempatar pendências relacionadas à cobrança de impostos de empresas e até a taxa das blusinhas — esta, tão reivindicada pela indústria e pelo comércio do país.

O importante não era analisar as razões de cada tributo, mas centrar fogo num governo — o que é direito dos cidadãos, até dos que sempre escaparam da obrigação de pagar impostos. A batalha da MP, que acabou perdida pelo Planalto, declarou de vez aberta a temporada de caça aos votos; e governo e oposição sabem muito bem praticar essa modalidade de tiro ao alvo.